

## RAÚL DOMINGOS

Fez parte da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) até ser expulso do partido, em 7 de Julho de 2000. Chefiou a Delegação da RENAMO nas negociações de Paz em Roma, quando era Chefe do Departamento das Relações Exteriores da RENAMO. De 1994 a 1999, Domingos liderou o grupo parlamentar do RENAMO. Na eleição presidencial de 2004, o político concorreu ao cargo pelo Partido para a Paz, Democracia e Desenvolvimento (PDD). Em 2013 regressou à RENAMO.

### Moçambicano

#### **P.: Quando e em que circunstâncias se juntou à RENAMO?**

RM: Foi em 1980. Tinha aproximadamente 22 anos. Eu nasci a 14 de Outubro, portanto foi a 5 de Maio, a caminho dos meus 23 anos. Aconteceu em circunstâncias muito estranhas porque estava de férias, estava a passear. Trabalhava nos Caminhos-de-ferro e tinha colegas que trabalhavam nos comboios. Era desenhador de máquinas, na manutenção portuária. Então, podia passear de comboio com os colegas que trabalhavam nos comboios. Num desses passeios acabámos cruzando com uma coluna da guerrilha que, na altura, era comandada pelo próprio Presidente da RENAMO, o Sr. Afonso Dhlakama<sup>1</sup>. E digo, numas circunstâncias muito estranhas, porque até hoje ninguém me sabe explicar por que é que o comboio parou.

Na altura, a coluna estava a sair de Gorongosa para Sitatonga, a famosa base de Sitatonga. Estavam a transferir o quartel-general da Gorongosa para Sitatonga. Era uma coluna de cerca de dois mil homens, traziam doentes, mulheres e crianças.

Segundo conversas posteriores com o Sr. Dhlakama, contou-me que, quando estão a passar a linha férrea, deu instruções claras aos comandantes para não dispararem contra o comboio, porque isso poderia criar uma situação de confronto armado e eles não estavam preparados para qualquer confrontação. Porque era uma coluna praticamente logística, levava material, doentes e não podia entrar em confrontação. Só que o comboio pára justamente no local onde a coluna estava a atravessar.

Depois de ter parado, os guerrilheiros, naturalmente, ficaram surpreendidos e quiseram ver o que o comboio transportava. Era um comboio de mercadorias e, portanto, à frente estava o maquinista e toda a tripulação e atrás estava o condutor - o homem que faz o controlo do movimento do comboio chama-se condutor. Eu era amigo do condutor, estávamos juntos num bom papo, quando de repente estávamos no meio de guerrilheiros. Mandaram-nos sair do comboio, quiseram saber o que o comboio transportava, ajudámos a abrir as carruagens para tirar o arroz que transportávamos. Foi de noite e durante aquela noite andámos com eles pelas matas.

No dia seguinte, já ao amanhecer, o próprio Presidente da RENAMO quis falar connosco. Éramos dois, eu e o tal condutor. Falou connosco e convidou-nos a fazermos

---

<sup>1</sup> Afonso Macacho Marceta Dhlakama (Mangunda, Sofala, 1 de Janeiro de 1953), é um político e militar líder da RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana), o principal partido político da oposição em Moçambique.

parte da guerrilha. Como pode imaginar, eu, um jovem com 22 anos – era uma idade mesmo de aventuras - não tinha a noção do perigo que poderia constituir uma guerra, mas também tinha o sentido da importância da liberdade. Porque na altura já trabalhava e já havia algumas restrições às liberdades.

Logo depois da independência em 1975, estamos a falar de 1980, durante 5 anos vimos restrições às liberdades fundamentais: à liberdade de circulação, à liberdade de expressão, à liberdade de associação. Isso marcou-me bastante a ponto de aceitar o convite, porque tinha a noção de que estaria a lutar pela liberdade. Sabia que estávamos independentes mas não havia liberdade. Foi nessas circunstâncias que aceitei o convite.

Felizmente, o facto de me ter juntado a uma coluna que estava comandada pelo próprio Afonso Dhlakama, acredito que isso ajudou bastante. Nos primeiros dias parecia que ia ser uma vida fácil mas depois, ao longo dos 12 anos que vivi na guerrilha, vi que era uma vida muito difícil. Mas o facto de nos termos juntado ao próprio Presidente, isso ajudou na moralização, na compreensão daquilo que eram os desafios que tinha que enfrentar.

**P.: Qual era a sua posição e qual era o seu mandato quando foi indicado para ser o chefe dos negociadores por parte da RENAMO ainda em Nairobi?**

RM: Chegar à posição de negociador chefe da parte da RENAMO é um processo, como todo o processo das negociações. Decorre nos anos 1988 e 1989.

Em 1989 fui indicado para chefiar uma delegação de dois - eu e o Vicente Ululu<sup>2</sup>- para atender a um convite do Presidente Arap Moi<sup>3</sup> ao Presidente Afonso Dhlakama. Só que, não havendo confiança naquela altura, o Presidente Dhlakama não aceitou o convite, mas também não declinou. Criou uma delegação que foi chefiada por mim, com o mandato de enviado especial do Presidente.

Nessa qualidade de enviado especial, tivemos um encontro com o cardeal Dom Alexandre<sup>4</sup>, com o Arcebispo Dom Jaime<sup>5</sup>, o Bispo Dinis Sengulane<sup>6</sup> e o pastor Jeremias Mucache, que era na altura o Presidente do Conselho Cristão de Moçambique e que já faleceu. Fizemos esse primeiro encontro, em que essa delegação trazia aquilo que chamávamos de 12 pontos do Governo de Moçambique, uma proposta de negociação que nós respondemos com 16 pontos.

---

<sup>2</sup> **Vicente Zacarias Ululu**, quadro sénior da RENAMO, juntou-se à guerrilha em Agosto de 1982. De 2009 até à data da sua morte, em 2014, vítima de ataque cardíaco, foi membro da Comissão Política. Foi deputado da AR desde as primeiras eleições multipartidárias de 1994 até à sua morte. De 1995 a 2000, desempenhou as funções do segundo Vice-Presidente do Parlamento. De 2000 a 2005 foi membro da Comissão Permanente da AR.

<sup>3</sup> **Daniel Toroitich Arap Moi** (Sacho, 2 de Setembro de 1924), professor e político, foi o Presidente de Quênia entre 1978 e 2002.

<sup>4</sup> **Dom Alexandre José Maria dos Santos** (Zavala, 18 de Março de 1924) é um Cardeal Moçambicano. Foi arcebispo de Maputo entre 1975 e 2003. É actualmente Arcebispo-emérito desta diocese. É o primeiro arcebispo e cardeal nativo de Moçambique. Participou do conclave para a eleição do Papa Bento XVI, mas não tinha direito ao voto, já que na época tinha mais de 80 anos

<sup>5</sup> **Dom Jaime Gonçalves**, (26 de Novembro de 1938 - 6 de Abril de 2016) arcebispo Emérito da Beira, Depois dos estudos primários ingressou no Seminário de Zóbué, em Tete. Posteriormente frequentou os Seminários Maiores de Namaacha e Malhangalene, em Maputo, onde estudou a filosofia e teologia. Trabalhou pela Paz em Moçambique, em nome da Conferência Episcopal de Moçambique e do Vaticano, de 1985 a 1992.

<sup>6</sup> **Dom Dinis Salomão Sengulane** (5 de Março de 1946) foi o bispo Moçambicano anglicano da Diocese dos Libombos até à sua reforma em 2014 e antigo Presidente do Conselho Cristão de Moçambique. Este clérigo esteve envolvido nas negociações de Paz que puseram fim à Guerra de desestabilização de Moçambique.

Daí seguiu um processo de negociação, em que as partes não se encontravam, mas sim através de intermediários – Governo do Quénia, do Zimbabwe e os clérigos Moçambicanos. Esse processo decorreu de 1989 até 1990.

Em 1990 é que tivemos o primeiro contacto, frente a frente, entre as delegações da RENAMO e do Governo de Moçambique. Nessa altura, também me foi confiada a missão de representar a RENAMO no processo e que talvez mais adiante veremos como é que chegámos a essa fase, porque também não foi muito fácil. Foi um processo difícil porque, por um lado, nós queríamos o Quénia como lugar das negociações e, por outro, o Governo da FRELIMO queria o Malawi. Até chegaram a levar uma delegação de cerca de 40 pessoas para o Malawi que se mostraram disponíveis para conversar com a RENAMO. Mas também isso falhou porque não estava devidamente organizado. A RENAMO não tinha sido informada sobre essa delegação, nem sobre a data nem o local. Simplesmente aconteceu uma situação, quase que uma armadilha.

Numa tarde, o Secretário Permanente dos Negócios Estrangeiros do Quénia, o Sr. Bethuel Kiplagat<sup>7</sup>, veio ter com o Presidente Afonso Dhlakama – na altura estávamos em Nairobi – para lhe dizer que estava a ser convidado pelo Presidente Arap Moi para um encontro no dia seguinte, às seis da manhã. Ele mostrou-se disponível e às 6 da manhã estava o Presidente Dhlakama no palácio do Presidente Moi, acompanhado por mim e pelo Vicente Ululu. Só que nesse encontro, o Presidente Arap Moi diz: “Tenho aqui um amigo que é muito bom amigo e que o pode levar para o Malawi, porque o Presidente Kamuzu Banda<sup>8</sup> quer conversar consigo”. O referido amigo era o Tiny Rowland<sup>9</sup>, o multimilionário inglês, que tinha o seu avião privado. Na confiança, o Presidente Dhlakama aceitou.

Novamente foi comigo e com o Vicente Ululu. Fomos com o Secretário Permanente dos Negócios Estrangeiros do Quénia. Entrámos no avião e fomos para o Malawi. Chegados ao Malawi, foi quando fomos informados que estava lá uma delegação da FRELIMO para iniciar as negociações. Isso aborreceu bastante o Presidente da RENAMO, que chegou até a ameaçar de não regressar ao Quénia, mas sim partir para o interior do Moçambique, nas matas onde nós tínhamos as bases e continuar a luta. Sentia-se traído, porque o entendimento com o Presidente Arap Moi foi que iria encontrar-se com o Presidente Kamuzu Banda e não com a delegação da FRELIMO. Porque nós não aceitávamos o Malawi como anfitrião.

Então criou-se uma situação de não aceitarmos o Malawi, por um lado, e a FRELIMO de não aceitar o Quénia como anfitrião, por outro. Avançaram-se outras propostas como o Zimbabwe e nós avançámos a proposta de Portugal, também rejeitadas por ambas as

---

<sup>7</sup> **Bethuel Abdu Kiplagat** (28 de Novembro de 1936, Quénia) Embaixador do Quénia na França (1978-1981) e no Reino Unido (1981-1983) e Secretário Permanente do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional no Quénia, de 1983 a 1991. Esteve estreitamente envolvido nos esforços de resolução de conflitos do Continente africano, particularmente na África Oriental. Foi conselheiro especial de política externa do Presidente Arap Moi.

<sup>8</sup> **Hastings Kamuzu Banda** (15 de Fevereiro de 1898 - 25 de Novembro de 1997) foi um político e o primeiro Presidente do Malawi depois da Independência, entre 1966 e 1994. Foi também Primeiro-ministro do país, entre 1963 e 1966, enquanto o Malawi era um Protectorado Britânico, denominado Niassalândia, tendo ocupado uma posição ministerial entre 1961 e 1963.

<sup>9</sup> **Roland "Tiny" Rowland** (1917-1998) foi um controverso empresário britânico de alto perfil, lobista corporativo e Chefe do Executivo da Lonrho de 1962 a 1994. Ganhou fama a partir de uma série de ofertas públicas de aquisição para assumir o controle do Harrods. Era conhecido por seus complexos interesses comerciais na África, a sua proximidade a vários líderes africanos e por sua suposta cooperação com o MI6 no que se refere à política externa britânica pós-colonial em África.

partes. Perante este cenário de termos uma delegação no Malawi que se mostrava disponível a iniciar as negociações, e nós a rejeitarmos, nós é que ficámos numa situação de beligerantes que não querem a Paz e os outros como, enfim, os bons meninos que querem a Paz.

Então, nós tínhamos que encontrar uma saída. Tivemos rapidamente uma reunião em que o Presidente da RENAMO achou por bem que deveríamos viajar a Itália e contactar a comunidade de Santo Egídio, na pessoa de Dom Matteo Zuppi<sup>10</sup>, para solicitar Itália como anfitriã. Novamente fui indicado para chefiar uma delegação, que se desloca a Itália, desta vez acompanhado por um colega chamado João Almirante. Assim viajámos a Itália. Nós já conhecíamos Dom Matteo Zuppi e fomos encontrá-lo, e com ele manifestámos o interesse de solicitar ao Governo Italiano para servir de anfitrião para estas negociações.

**P.: Porque acha que fracassaram as conversações de Nairobi?**

RM: Eu até nem chamaria a isso um fracasso, porque um processo de Paz é um processo que tem várias etapas e o importante é reconhecermos que o aspecto fundamental para alcançar-se a Paz é a construção da confiança entre as partes, de todas as partes envolvidas, quer Moçambicanos, quer os facilitadores, os observadores e os mediadores. Era preciso haver confiança de todas as partes. Então, acredito que não havia a necessária confiança do Governo de Moçambique com o Governo do Quênia. De igual modo, não havia confiança da parte da RENAMO com o Governo do Zimbabwe ou do Malawi. Portanto, tínhamos que encontrar um lugar que fosse aceitável para todas as partes envolvidas e isso foi conseguido.

**P.: Nessa altura a RENAMO já se assumia claramente como um partido político independente?**

RM: A RENAMO era na altura uma força político-militar. Era um movimento de guerrilha político-militar. Naturalmente independente nas suas posições porque tinha um ideal a atingir e princípios a defender. Então, é nessa qualidade que fomos à mesa de negociações para defender esses princípios e valores.

**P.: Como é que entrou em contacto com os mediadores e com Mario Raffaelli<sup>11</sup>?**

RM: Bom, os mediadores é um outro processo. As negociações produziram mediadores. Não havia mediadores. Era um processo em que havia muitos contactos. De 1989 até 1990 tínhamos muitos contactos com o Governo do Quênia, do Zimbabwe, do Malawi, de Portugal, de Inglaterra, dos EUA, da França, incluindo o contacto com a comunidade de Santo Egídio, na pessoa de Dom Matteo Zuppi.

Então, quando fazemos a viagem para a Itália, porque nos sentíamos encurralados, passe a expressão, com aquela situação do Malawi, em que a FRELIMO aparece a dizer que está pronta para negociar e nós a dizermos que não queremos o Malawi. A alternativa

---

<sup>10</sup> **Dom Matteo Maria Zuppi** (Roma, Itália 11 de Outubro de 1950), é um padre católico italiano da comunidade de Santo Egídio actualmente arcebispo da arquidiocese de Bolonha.

<sup>11</sup> **Mario Raffaelli** (Trento, 15 de Maio, 1946) é um político italiano, membro do Partido Socialista Italiano. Entre 1990 e 1992 representou o governo italiano nas negociações que levaram ao Acordo Geral de Paz entre o Governo de Moçambique e a Renamo.

que nos surge é a Itália. O que tínhamos em mente era a comunidade de Santo Egidio, a pessoa do Dom Matteo Zuppi.

Então, eu sou enviado para Itália para contactar Dom Matteo Zuppi para pedir ao Governo Italiano que aceite servir de mediador. Ou melhor, aceite ser anfitrião, não mediador. Quando fazemos este contacto? Se a memória não me falha, foi precisamente a 22 de Junho que, através de Dom Matteo, encontramos o Senador na altura, Mario Raffaelli. Porque quando falámos com o Matteo Zuppi da necessidade de usar a Itália como anfitrião para as negociações, fomos claros, queríamos que houvesse a representação do Governo Italiano.

Então, esse contacto com o senador Mario Raffaelli, a 22 de Junho, foi precisamente para manifestar esse desejo. Foi na sequência desse encontro que o Senador Mario Raffaelli, em representação do Governo Italiano, faz diligências junto ao Governo de Moçambique que, prontamente, aceitou Itália e um mês depois encontramos-nos em Itália para iniciar o contacto directo entre as delegações da RENAMO e do Governo de Moçambique.

**P.: Como foi o clima e o que aconteceu na primeira vez que as duas delegações se encontraram?**

RM: Foi muito interessante, na medida em que não nos conhecíamos pessoalmente. Conhecíamos os nomes dos membros da delegação do Governo e, naturalmente, eles conheciam-nos pelos nomes que já tinham ouvido desde Nairobi.

A comunidade de Santo Egidio, na pessoa de Dom Matteo, criou condições para um encontro lá na comunidade, numa zona conhecida por Bananeiras. Estava lá a delegação do Governo, chefiada pelo Sr. Armando Guebuza<sup>12</sup> e eu estava com a minha delegação também no mesmo local, apenas nos deslocámos ao encontro deles. Quando chegámos, naturalmente em jeito de respeito, levantaram-se e cumprimentámo-nos. Aliás, antes os mediadores que, na altura ainda não eram mediadores, mas sim observadores, queriam saber se nós podíamos apertar as mãos. Dissemos: “Não temos problemas em apertar as mãos, aliás, viemos aqui para apertarmos as mãos com Moçambicanos e dizermos que estamos dispostos a negociar o fim do conflito armado”. Então, criaram as condições, fomos lá e eles que estavam sentados, levantaram-se, apertámos as mãos e foi muito interessante.

Na altura, o Presidente Guebuza usava um cachimbo. Então, naquela coisa de levantar-se para apertar as mãos o cachimbo cai. Algum nervosismo é natural, porque afinal de contas, éramos inimigos. Numa altura que, naquele ambiente, na busca da Paz, havia um esforço de aproximação. Mas cá, no interior de Moçambique, a guerra continuava ainda.

Regressado de Roma para Moçambique, se encontrássemos um grupo das Forças Armadas do Moçambique eram capazes de disparar contra nós. Não queriam saber se vínhamos de Itália ou das negociações. Portanto, era um ambiente ainda de nervosismo mas que foi muito útil para o arranque do processo.

---

<sup>12</sup> **Armando Emílio Guebuza** (Murrupula, Nampula, 20 de Janeiro de 1943) foi Presidente de Moçambique entre 2005 a 2015. Juntou-se à FRELIMO em 1963. No Governo de Transição (1974-1975), Guebuza ocupou a pasta da Administração Interna e no primeiro Governo de Moçambique independente a pasta de Ministro do Interior. Foi o Chefe da Delegação do Governo às negociações com a Renamo, em Roma, quando era Ministro dos Transportes. Depois de assinado o AGP – Acordo Geral de Paz, foi nomeado chefe da delegação do governo na Comissão de Supervisão e Implementação do AGP para Moçambique.

**P.: Conta-se que solicitou a Mario Raffaelli que, por não ter experiência diplomática, se existisse algum problema, isso deveria ser resolvido “entre paredes” e não em frente da FRELIMO. Porque fez esse pedido e como estabeleceram esse método?**

RM: Não me lembro precisamente como, até porque estamos a falar de qualquer coisa como aproximadamente 22 anos atrás. Estamos a falar de 1990, há quase 22 anos. Não me lembro, precisamente em que teríamos o teria feito.

Mas olhando para trás, pensando bem, acredito que estava a falar do formal e do informal. No decorrer do processo viu-se que o informal era mais efectivo que o formal. Eu estava a sugerir que as grandes diferenças deviam trabalhá-las no informal, para que os resultados fossem trazidos ao formal e este foi um dos métodos utilizados no processo de negociação.

Trabalhámos muito no informal, trabalhámos muito em grupos pequenos para tentar perceber quais as preocupações do outro lado. Muitas vezes o Mario [Raffaelli] vinha ter comigo ao hotel para perceber: “Qual é o problema? Porque é que vocês não aceitam isto?”.

Portanto, naquelas longas conversas que tínhamos, ele conseguia perceber qual era o problema e conseguia trazer uma fórmula. Porque é tudo um jogo de palavras. Então, percebendo a preocupação ia buscar uma formulação e dizia: “Que tal se dissermos assim?” Aí nós apreciávamos e dizíamos: “Sim, isso vai de encontro à nossa preocupação”.

Porque era também o problema da confiança, das garantias e tinha que se encontrar uma formulação apropriada. Só para dar um exemplo que é muito engraçado: Levámos quase um mês ou dois, quando discutíamos as questões militares. Estávamos à busca da designação das novas forças, porque durante aquele período as forças armadas de Moçambique tinham essa designação - Forças Armadas de Moçambique. Nós queríamos umas novas forças, porque era a junção das forças da RENAMO e da FRELIMO, que constituiriam as forças armadas de Moçambique. Então, nós dissemos: “Nós não estamos a ser integrados. Estamos a constituir umas novas forças. Por isso, não vão designar-se de Forças Armadas de Moçambique, mas, sim, Forças de Defesa de Moçambique”.

Então, a outra parte disse que não: “Vocês querem trazer o modelo Sul-africano, porque os Sul-africanos chamam-se *Defense Force*. Porque foram apoiados pelos Sul-africanos querem trazer agora aqui a *Defense Force*». Isto foi uma discussão que parece muito pequena, muito corriqueira, mas que levou um “tempão”, até que o Mario [Raffaelli] veio com esta fórmula e disse: “Vocês querem Forças de Defesa de Moçambique, isto é, FDM. Os outros querem Forças Armadas de Moçambique, FAM. Então, aqui temos alguns elementos em comum - Forças e Moçambique. Agora, a diferença está em que uns querem Armadas e outros Defesa. Mas no fundo, o que vocês querem constituir são umas Forças Armadas de Defesa de Moçambique. Então, ficamos com Forças Armadas de Defesa de Moçambique, que tal?”.

Uma parte disse: “Até está muito bonito”, e a outra parte também aceitou, e lá nasceram as actuais Forças Armadas de Defesa de Moçambique. Quer dizer, este é o papel aqui da mediação e do informal, portanto, compreender as preocupações de um lado e do outro, e ir buscar um pouco de imaginação e trazer uma fórmula, acabou sendo esse o papel importantíssimo da mediação.

**P.: O primeiro encontro decorreu num clima de grande tensão. Quais eram os principais problemas? O principal era a falta de confiança?**

RM: Naturalmente que cada parte queria fazer valer a sua posição. Estávamos a iniciar, tínhamos – eu falo da minha parte – uma chefia a quem tínhamos de dar conta sobre o que estávamos a fazer. Por um lado, queríamos ter resultados positivos, por outro, não queríamos ceder, de acordo com aquilo que foi a recomendação. Então, a tensão vinha dessa ânsia de trazer resultados positivos e, ao mesmo tempo, sem dar a perder, sem ceder.

**P.: Acha que se conseguiu progredir na criação de um clima de confiança entre as duas partes?**

RM: Sim, o tempo foi o grande mestre. Como sabe, o nosso processo levou 2 anos e 4 meses. Portanto, o tempo em si foi criando essa confiança. Por exemplo, há um outro caso em que, enquanto nós negociávamos em Roma, cá em Moçambique os jornais continuavam a publicar notícias referindo-se à RENAMO como bandidos armados. Nós dissemos: “Alto aí. Como é que um Governo negocia com bandidos? Temos que ser sérios. Ou isto é uma negociação que se pretende que produza resultados aceitáveis para ambas as partes, ou qualquer coisa pouco séria. Se somos sérios, então acreditamos que o Governo está a negociar com uma força que reconhece essa prerrogativa de negociação. Então, não se pode admitir que no país, os jornais as rádios e as televisões continuem a tratar essa força que está a negociar com o Governo como bandidos armados”.

Eles tentaram encontrar uma resposta: “Não... porque é a liberdade de expressão e os jornais são independentes”. Nós continuámos a insistir que não, mas que, também devido um pouco ao trabalho da mediação, acredito que acabaram compreendendo que, de facto, havia necessidade de pôr alguma orientação. Fizemos recordá-los que, afinal de contas, há liberdade como dizem, mas continua a haver um Ministério da Informação. Não há nenhum país com liberdade de informação que tenha um Ministério da Informação. Portanto esse Ministério de Informação orienta os jornalistas sobre o que devem ou não escrever. Ainda há censura. Para o bem do país e do processo das negociações, é importante que os jornalistas sejam chamados à atenção que o Governo está a negociar com uma força reconhecida, com quem se pretende chegar a um acordo de Paz para o país.

Isto também foi um passo muito importante. Daí em diante toda a informação começou a tratar a RENAMO como RENAMO. Ao nível das próprias negociações, na nossa documentação também tivemos que trabalhar na redacção, na linguagem. Em vez de tratar uma parte como força beligerante, chamávamos as partes beligerantes, porque, inicialmente, a RENAMO era vista como a força beligerante. Os outros eram tratados como o Governo. Nós dissemos que não: “Não há aqui Governo e forças beligerantes. Porque se nós existimos como força beligerante é porque estamos a proteger-nos de alguém que nos ataca, que é esse Governo. Portanto, ambas as partes são beligerantes, então vamos tratar como partes beligerantes”. Pode ver que no próprio acordo muitas vezes se fala das partes beligerantes. Isso tudo foi um instrumento de criação de confiança. Portanto, o tratamento em si.

**P.: Insiste-se que os encontros informais deram um contributo para estabelecer uma melhor confiança entre as partes. Nomeadamente, foi confundido com Pelé na final do mundial. Pode descrever esse episódio?**

RM: Eu costumo lembrar-me desse episódio. Não me vejo parecido com Pelé de forma nenhuma. Então, procuro compreender como é que esses Italianos olham para mim e dizem que sou o Pelé? Então, há dois motivos. Primeiro, na forma como olhamos, por exemplo, para um Japonês ou para um Chinês, muitas vezes não conseguimos distinguir a diferença, parecem todos iguais. Daí eu acho que os Italianos, quando olham para os negros, parecem-lhe todos iguais. Não conseguem ver a diferença. Esse pode ser um dos aspectos.

O segundo, é que tínhamos um aparato de segurança. Então, estávamos no mundial de futebol, estávamos na finalíssima em 1990, era a Alemanha com a Argentina. Então, na finalíssima de futebol, no balcão VIP, um negro escoltado com segurança só podia ser o Pelé. Eu penso que é por aí, porque não vejo outra forma porque é que me confundiram com o Pelé. Porque não sou nada parecido com ele.

**P.: Sentia que tinha autonomia para decidir ou tinha que consultar com o Presidente Dhlakama? Como conseguia estabelecer essa comunicação?**

RM: No princípio foi difícil a comunicação. Não posso dizer que tinha uma autonomia. Tinha sim um mandato. Sabia o que devia alcançar como resultado final e tinha que ter alguma capacidade de manobra, de negociação, para atingir o objectivo final. Mas em alguns momentos eram precisas consultas. Então, esse era um momento muito difícil. Às vezes tínhamos que interromper para voltar para as matas, para encontrar com o Presidente e fazermos as consultas. Às vezes comunicávamos via rádio.

Ao princípio era muito difícil, porque tinha que se interromper para depois voltar. Depois a coisa evoluiu. Em contacto com o Governo do Malawi, foi-nos permitido colocar uma rádio de comunicação militar no Malawi. Nós tínhamos um operador de rádio conosco em Roma. Eu fazia as mensagens, entregava a esse operador que digitava e mandava para o operador do Malawi e este mandava para o interior de Moçambique onde estava o Presidente. Depois a coisa foi evoluindo até ao ponto de termos um telefone via satélite, que também facilitava essa comunicação. Mas tudo isso não dispensava o contacto directo. De tempos a tempos, nós tínhamos que interromper as negociações. A delegação do Governo para Maputo e nós para Maringué para consultas.

**P.: A uma determinada altura, a RENAMO solicitou ao Governo Italiano apoio financeiro para continuar a participar nas conversações. Qual a razão desse pedido?**

RM: Bom, as negociações não são só sentar e conversar, exigem uma logística. Naturalmente, essa parte coube ao Presidente e quero crer que se tratava de um apoio logístico necessário para poder sustentar toda a máquina político-militar que, por um lado, tinha que se manter nas matas e, por outro, tinha que estar em Roma nas negociações. Fiquei a saber que o Governo Italiano aceitou esse pedido e teve inclusive que aprovar no parlamento uma lei que permitisse fazer esse exercício financeiro.



**P.: Houve muita tensão sobre a questão do reconhecimento das duas partes e o acordo da Constituição. Isso levou os mediadores a deslocarem-se até ao Malawi. Qual foi a sua acção nesse processo?**

RM: Como negociador tinha um mandato. Esse mandato, naturalmente, tinha as suas balizas, as suas limitações. Estávamos esperando uma situação em que o Governo exigia um reconhecimento. Devíamos reconhecer o Governo de Moçambique, a Constituição, o Presidente da República, as instituições estabelecidas, por um lado. Por outro, nós dizíamos que não, que não reconhecíamos o Presidente, porque não era um Presidente eleito, não reconhecíamos a Constituição, porque era uma constituição monopartidária, não reconhecíamos as instituições estabelecidas, porque eram partidárias.

Portanto, isso criou de facto uma dificuldade de prosseguirmos. Mais uma vez, a mediação teve que reunir ao mais alto nível as partes, porque tínhamos as equipas negociais e os Presidentes das duas forças. Então, esse encontro visava essencialmente ter a sensibilidade das partes em relação a essa questão fundamental, que é a questão do reconhecimento.

Mas também levou tempo, foi difícil e encontrámos uma fórmula que é aquela que vem no protocolo número um, dos princípios fundamentais. Em que, por um lado, nós nos comprometíamos a reconhecer o Governo, a Constituição e as instituições estabelecidas. Por outro, o Governo reconhecia a RENAMO como uma força política que podia fazer a sua acção política dentro do quadro da Constituição e das leis existentes que não fossem contrárias aos acordos estabelecidos.

Portanto, havia ali um compromisso de que a Constituição se devia ajustar àquilo que for acordado ao longo das negociações. Tínhamos esse quadro em que nós negociávamos e estabelecíamos todas as garantias na crença de que no final, assinado o Acordo Geral de Paz, ele seria incorporado nas leis em vigor no país e teria a força de alterar a Constituição naquilo que ela fosse contrária ao acordo. Portanto, as duas delegações tinham um amplo mandato. Aquilo que fosse acordado tinha uma força constitucional, portanto, podia alterar a Constituição, caso fosse necessário. Isso foi uma auto-estrada para avançarmos com as negociações.

**P.: Houve uma iniciativa do Tiny Rowland com o Mugabe para uma cimeira em Gaborone. Isso significava que o foco das conversações passava de Roma para África de novo. Porque acha que essa iniciativa não conseguiu ter sucesso?**

RM: Eu não gosto muito desse termo ter sucesso ou não ter sucesso, porque as negociações são um processo. Um processo que tem os seus altos e baixos. Um processo que, como podemos ver hoje, está a usufruir da Paz que é o resultado daquele processo de negociação. Houve momentos altos e baixos. Gaborone foi um desses momentos em que, em Roma, as equipas negociais tinham uma diferença. Por um lado, nós, RENAMO, queríamos paridade nas Forças Armadas de Defesa de Moçambique, portanto, nas forças de defesa e de segurança, desde as forças armadas, à polícia e nos serviços de inteligência, os chamados serviços secretos.

Portanto, em todas essas forças queríamos paridade. Nos efectivos, 50% para cada lado. Chegámos a um acordo sobre as forças armadas, mas havia diferenças nas forças policiais e de segurança. Então, o encontro de Gaborone, para efeitos imediatos, veio desbloquear esse impasse que havia. Com relação à reunião de Gaborone que devia ter

lugar em Gaborone e que acabou tendo lugar em Roma, talvez não seja a pessoa mais indicada para explicar a motivação, mas eu quero acreditar que a importância de não mudar o centro das negociações deve ter pesado na decisão da reunião ser em Roma e não em Gaborone.

Essa reunião, pelo facto de ter tido lugar em Roma, impulsionou bastante as negociações, porque é daí onde surge a declaração de 7 de Agosto, se a memória não me falha, e que resolve os problemas constitucionais que estavam a “emperrar” as negociações e que determina que as equipas negociais deviam fazer o esforço para que, até 1 de Outubro, se concluísse com todo o processo. Enquanto essa reunião, que devia ter lugar em Gaborone, teve lugar em Roma e impulsionou, na minha opinião, logo a seguir, isso foi em Agosto, em Setembro, teve lugar uma em Gaborone, que para mim criou problemas para as negociações.

Não sei o que a Delegação do Governo tem a dizer em relação a isso, mas a minha Delegação sentiu-se abalada com as mensagens que vinham de Maringué, depois desse encontro e as mensagens que vinham de Maputo para orientar as delegações. Eram totalmente diferentes. O Presidente Dhlakama dizia uma coisa e o Presidente Chissano dizia outra à sua delegação. Então tivemos que nos desdobrar em contactos, em comunicação, até que viemos a acertar naquilo que era o protocolo das questões militares. Este mesmo protocolo, ao longo desses 20 anos, é um dos que tem mais problemas. De vez em quando, ouvimos o Presidente Dhlakama dizer que precisa de renegociar o acordo.

Essa necessidade de renegociar o acordo tem a ver com aquilo que foi acordado em Gaborone. Por isso, essa pequena transferência de Roma para Gaborone, que veio a acontecer em Setembro mas que devia ter acontecido em Agosto. Então, vemos que o de Agosto impulsionou as negociações, e o de Setembro criou o problema. Isto na minha perspectiva, porque até hoje o problema da polícia e do SISE <sup>13</sup> continua a ser um problema para todo o processo de pacificação do país e para a despartidarização do Estado.

### **P.: Uma última questão: o que achou da mediação italiana?**

RM: A mediação italiana classifica-se por si própria, pelos resultados. Quando os resultados são bons, fica mais do que evidente e claro de que foi uma boa mediação.

Vamos “historiar” um pouco também sobre a mediação. Essa mediação, como muitos chamam de mediação insólita, era a Comunidade de Santo Egidio, o Dom Jaime, Moçambicano e o Dom Matteo Zuppi e o Andrea Riccardi, que era o Presidente da Comunidade, e um representante do Governo Italiano.

Portanto, não era um membro do Governo, era um Senador, que foi escolhido para representar o Governo Italiano e chefiar a equipa de mediação que eram quatro e que inicialmente tinham um papel de observadores. Porque se pretendia a mediação do Quênia, outros queriam Zimbabwe, Portugal, Malawi. Então, nós dissemos: “Nós temos confiança nesta equipa. Já permitiu que alcançássemos alguns passos positivos. Por que não transformar esses observadores em mediadores?”.

O mediador tem um estatuto e o observador tem outro. Então eles são observadores hoje, mas elevámos a estatuto de mediadores, com todos os direitos que se podem

---

<sup>13</sup> SISE - Serviço de Informações e Segurança do Estado

conferir a um mediador. As partes concordaram que os então observadores, que nos acompanharam nos primeiros encontros, eu acho que já tínhamos assinado algumas declarações conjuntas com a assistência deles, então passaram a mediadores. Como mediadores, de facto, fizeram um grande trabalho, esse trabalho de contactar as partes, de procurar perceber as preocupações. Como tenho estado a dizer ao longo desta conversa, o processo de negociação é um processo de garantias, é um processo de construção de confianças. Então, eles trabalharam e contribuíram para a construção dessa confiança. Contribuíram para conseguir as necessárias garantias que as partes exigiam. Então, revelaram-se uns mediadores excelentes.

**P.: Existe algum aspecto ou discussão concreta no processo das conversações que gostaria de salientar e descrever?**

RM: Eu descrevi a questão de como descobrimos as FADM. Há muitas outras. Por exemplo, podemos pegar uma que nos fez passar dois dias sem dormir. A declaração de Agosto, do encontro entre o Presidente Dhlakama e o Presidente Chissano, em Roma.

O primeiro encontro que tiveram em Roma, na presença do Presidente Mugabe, dizia que até 1 de Outubro devíamos assinar o acordo. Só que até àquela data não tínhamos concluído as negociações. Então, tínhamos uma questão que se prendia com a administração territorial.

Na altura, a RENAMO tinha sob seu controle um vasto território e tinha uma administração, bem ou mal, estava ali. Tínhamos administradores, escolas, hospitais. Então, a questão era: depois de acertado o acordo de Paz, quem é que vai controlar essas zonas?

Enquanto de um lado o Governo dizia que tinha toda a autoridade para controlar todas as zonas, do outro, dizíamos não, até as eleições nós continuávamos a controlar, a administrar as zonas sob nosso controle. Então essa foi uma discussão difícilíssima. Foram dois dias, dia 1 e 2, até que no dia 3 conseguimos chegar a um entendimento, já muito cansados. Acho até que era a tática de Mario Raffaelli: De nos cansar para aceitarmos tudo. É uma brincadeira. Mas era um assunto sério, os mediadores corriam de um lado para o outro, porque estavam lá já o Presidente Chissano e o Presidente Dhlakama e nós continuávamos com o nosso papel de negociadores, mas já com este reforço dos chefes de cada uma das partes.

Então, os mediadores iam a um lado e ao outro, faziam contactos, faziam versões. Um dia gostaria de ver essas versões todas, porque até à versão final, acho que deve ter havido umas 20 versões que foram rejeitadas de um lado ou do outro. Mas até o dia 3 conseguimos encontrar aquela que depois produziu aquela célebre dupla administração.

Durante o período de implementação falava-se muito da dupla administração. Mas, fundamentalmente, o acordo era de que nos territórios sob controlo da RENAMO, os administradores seriam indicados pela RENAMO e formalizados pelo Governo.

**P.: Qual foi o momento mais feliz e o momento mais triste e difícil de todo o processo negocial?**

RM: Não gosto muito de recordar os momentos tristes. Por isso é que esqueço muito os momentos tristes. Agora, o momento feliz foi naturalmente o momento da assinatura do acordo. Quando chegámos àquele dia e assinámos.

Há um episódio muito interessante, porque nós acumulámos alguns protocolos que foram acordados, mas não assinados. Então tínhamos que assiná-los no mesmo dia da assinatura do Acordo Geral de Paz, que tinha que ter a rubrica do Presidente Chissano e do Presidente Dhlakama. Só que antes de eles fazerem essa rubrica final, nessa folha de papel que dizia que o Acordo Geral de Paz engloba aqueles protocolos todos, nós, os negociadores, tínhamos que assinar alguns protocolos, uns três ou quatro que ainda não tinham sido rubricados.

Então, acho que a emoção era tanta e depois era tanto papel que tinha que ser assinado... Numa ocasião, uma ou duas vezes, a minha caneta falha. Então, eu tinha atrás de mim muitos colegas que vinham assistir à assinatura do Acordo, colegas que fizeram parte da delegação das negociações, porque no final as Delegações eram grandes porque tinham a componente política e a militar. Então, eu ao assinar falha-me a caneta, e todo mundo estava à espera. Tínhamos que assinar para depois passar os papéis para os chefes darem a rubrica final. Então, eu viro para trás e peço: “Caneta, caneta”. Então, tinham muitas canetas para eu assinar. Então, eu peguei numa e fui assinar, volta a falhar. “Outra caneta!”. Deram-me outra caneta e é esta aqui que terminou assinando e o dono desta caneta reclama até hoje que foi a caneta dele que assinou o acordo geral de Paz.

Foi um momento bonito, de muita felicidade, de missão cumprida, de ter feito algo a bem da Nação. Um momento que cada vez que me lembro, mesmo que eu esteja triste com alguma coisa, sinto-me realizado, sinto-me feliz.